NOTÍCIA MAX
EDIÇÃO 519 | WWW.NOTICIAMAX.COM.BR
DATA 4 A 10 DE MAIO DE 2026

Foto Divulgação

PROGRAMA CONVIVER

UFMT entrega casa reconstruída no Centro Histórico de Cuiabá

PG.06

@NOTICIAMAX

Royalties do petróleo

Continuamos trabalhando para garantir mais recursos para MT, diz Pivetta

Governador afirma que Mato Grosso tem direito a uma fatia maior desses valores, pagos pela exploração do petróleo no país

Tonico Pinheiro/Secom-MT

"Viemos defender o que é de direito de Mato Grosso: os royalties do petróleo, que são valores pagos pela exploração do petróleo", afirma Pivetta

PG.05

Sérgio Ricardo defende planejamento e vontade política para mudar Cuiabá

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro Sérgio Ricardo, apontou que a transformação da realidade urbana de Cuiabá depende de decisão política, durante a apresentação da minuta do novo Plano Diretor do município.

PG.07

Foto Divulgação

PG.09

MT registra 29 casos e 8 mortes por meningite neste ano; surto é descartado

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT) acompanha e monitora a situação epidemiológica dos casos de meningite no Estado, por meio da Vigilância Epidemiológica, em articulação com os municípios, Escritórios Regionais de Saúde e serviços de saúde. Conforme dados atualizados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), foram confirmados 29 casos de meningite e 8 óbitos pela doença em Mato Grosso.

EDITORIAL

Desafios da saúde pública

O setor de saúde pública sempre foi polêmico, com reclamações quanto à precariedade no atendimento, mas recentemente o desafio se tornou hercúleo, devido à pandemia do coronavírus, que demonstrou que é possível, sim, maiores investimentos no setor. Foram abertos novos leitos de UTIs, enfermarias e investimentos nas estruturas hospitalares, fato há pouco tempo inimaginável.

Só quem já dependeu de um atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sabe do calvário que é para conseguir uma consulta ou cirurgia, e esse suplício persiste. Embora tenhamos passado da fase avassaladora da pandemia, os usuários do SUS continuam com dificuldades no atendimento médico.

A Saúde é segmento da administração pública por natureza instável, dada a complexidade da realidade em que atua. Enfrentam-se, cotidianamente, problemas inadiáveis, com impacto direto e, por vezes, radicalmente transformador na vida das pessoas. E sempre é colocada como prioridade pelos gestores, uma pena que apenas em discursos, mas pouquíssimas vezes na prática, exceção fica por conta dos investimentos recentes.

Desculpas não faltam. Sobressai a escassez de recursos. A realidade, porém, revela que o mal é agravado pela má gestão. Ninguém duvida de que a saúde é cara. Muito cara. O avanço em pesquisas tornam-na mais exigente em procedimentos sofisticados aptos a tornar o diagnóstico mais preciso e o tratamento mais eficaz. Os progressos da medicina impõem custos que precisam ser absorvidos pelo orçamento, mas é um gasto necessário, capaz de salvar vidas.

Anseios expressados pela população, em diversos canais, a respeito da oferta e da qualidade dos serviços de saúde devem ser ouvidos com atenção. A área não pode se prestar a mote de discursos carentes de concretude e jogos políticos. É imperativo buscar gestões técnicas e eficientes, que otimizem, em prol de sua missão, o uso dos recursos disponíveis e, em contexto de crise, cada vez mais difíceis de assegurar.

ARTIGO

No ambiente digital, compartilhar também é assumir responsabilidade

Regra do TSE permite inversão do ônus da prova em casos de manipulação tecnológica nas eleições de 2026.

A comunicação política mudou e, com ela, a responsabilidade de quem participa do debate público.

No ambiente digital, compartilhar conteúdo deixou de ser um ato neutro. Passou a ter relevância jurídica, especialmente em um cenário marcado por desinformação e uso crescente de tecnologias como inteligência artificial.

De olho nas eleições de 2026, a Justiça Eleitoral atualizou a regulamentação da propaganda eleitoral e trouxe uma inovação importante. A Resolução TSE nº 23.610/2019 , ao tratar das manipulações tecnológicas, passou a prever, em seu art. 9º-I , a possibilidade de inversão do ônus da prova em casos envolvendo inteligência artificial e deepfakes.

Na prática, isso significa que, em situações tecnicamente complexas, o juiz poderá exigir que quem produziu ou divulgou o conteúdo demonstre sua regularidade. Ou seja, não caberá apenas à Justiça ou à parte prejudicada provar a irregularidade o próprio responsável pela divulgação poderá ser chamado a comprovar que o material é lícito.

A medida reflete a dificuldade de identificar conteúdos manipulados no ambiente digital, muitas vezes imperceptíveis ao olhar comum, mas com grande potencial de influenciar o eleitor.

Nesse contexto, o simples ato de compartilhar ganha novo significado. A divulgação de conteúdo passa a integrar o conjunto de condutas que podem ser analisadas pela Justiça Eleitoral, especialmente quando há indícios de manipulação ou desinformação.

Não se trata de restringir a liberdade de expressão, mas de atribuir responsabilidade proporcional ao impacto da comunicação digital. Em um ambiente onde a informação circula com rapidez e alcance massivo, a cautela se torna indispensável.

Com as eleições de 2026, o recado é claro , no ambiente digital, não é apenas quem cria que responde. Quem compartilha também assume responsabilidade.

André Pozetti - Advogado, especialista em Direito Eleitoral e ex-juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, na classe dos advogados (TRE-MT)

Foto Reprodução

Diretor Executivo
Max Feitosa
DRT 2142/MT

DISTRIBUIÇÃO: Cuiabá, Várzea Grande e Baixada Cuiabana
A opinião dos articulistas não representa necessariamente a opinião do jornal, sendo responsabilidade de seus autores.

N M PUBLICIDADE LTDA - CNPJ 57.409.379/0001-05
Endereço : Rua Primavera, Número: 286
Bairro: Bosque da saúde - CEP 78050-030

Diretora Comercial
Gislene Miranda Arruda

Logística e distribuição
Darci Abílio

Jornalista
Elloise Guedes DRT- 3060/MT

Jornalista
Valdemar Félix- DRT 1008/MT

QUATRO DIAS DE FESTA

Festival de Siriri e Cururu chega à 17ª edição com programação gratuita

Considerado o maior evento cultural do segmento no estado, o festival será realizado na área externa da Arena Pantanal

REDAÇÃO

A cultura popular mato-grossense volta a ocupar espaço de destaque em Cuiabá entre os dias 7 e 10 de maio, com a realização do 17º Festival de Siriri e Cururu de Mato Grosso. Considerado o maior evento cultural do segmento no estado, o festival será realizado na área externa da Arena Pantanal, com entrada gratuita e programação a partir das 19h.

Apresentado pelo Ministério da Cultura e pela Petrobras, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, o evento reunirá grupos tradicionais e consagrados do siriri e cururu, além de coletivos com reconhecimento nacional e apresentações internacionais, fortalecendo a valorização do patrimônio cultural mato-grossense.

Entre os destaques da programação está o Grupo Flor Ribeirinha, tetracampeão mundial de folclore, reconhecido internacionalmente por representar Mato Grosso e o Brasil em festivais culturais realizados em diversos países.

O festival contará com a participação de grupos da Baixada Cuiabana e também do interior do estado, reunindo representantes de municípios como Cáceres, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Sapezal, Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, Várzea Grande e Cuiabá.

Durante os quatro dias de programação, se apresentam grupos como Flor Ribeirinha, Vitória Régia, Bacuri Livramentense, É Bem Mato Grosso, São Gonçalo Beira Rio, Siriri Elétrico, Tradição Cuiabana do Coxipó, Flor Serrana, Voa Tuiuiú, Patucha – Panorama Turístico Cultural Chapadense, Primos e Primas, entre outros representantes da cultura popular do estado.

A direção artística do festival é assinada por Avinner Silva, diretor do Grupo Flor Ribeirinha. Nas últimas semanas, equipesd do Instituto Brasil e da direção artística realizaram visitas técnicas e acompanharam ensaios em Cuiabá, Várzea Grande e municípios do interior, em preparação para as apresentações do festival.

Além das apresentações culturais, o público poderá acompanhar o desfile dos grupos participantes, apresentações especiais e a Feira de Economia Criativa e Solidária dos Quintais Cuiabanos, realizada diariamente das 18h às 23h na Arena de Apresentações.

O festival é realizado pelo Instituto Brasil e pela Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Secel-MT), com parceria institucional do Iphan e apoio da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

Rodrigo Prates

O festival contará com a participação de grupos da Baixada Cuiabana e também do interior do estado

CONFIRA PROGRAMAÇÃO

07 de maio – Quinta-feira
19h — Abertura oficial e desfile dos grupos
19h30 — Espetáculo Cerrazônico Pantaneiro
20h — Grupo Folclórico Mascarados de Poconé

Apresentações (20h às 23h): Estrela Guia, Estrela Divina, Arara Azul, Anjo Miguel e Estrela Guia Mirim.

Arena de Apresentações: Feira de Economia Criativa e Solidária dos Quintais Cuiabanos, das 18h às 23h.

08 de maio – Sexta-feira
19h — Abertura oficial
19h10 — Grupo Folclórico Festrilha
19h40 — Início das apresentações

Grupos participantes: Tradição Cuiabana do Coxipó, Primos e Primas, Voa Tuiuiú, Flor Ribeirinha e Coração Franciscano.

Arena de Apresentações: Feira de Economia Criativa e Solidária dos Quintais Cuiabanos, das 18h às 23h.

09 de maio – Sábado
19h — Abertura oficial
19h10 — Início das apresentações

Grupos participantes:
É Bem Mato Grosso, Bacuri Livramentense, Flor do Campo, São Gonçalo e Raízes Cuiabanas.

Arena de Apresentações:
Feira de Economia Criativa e Solidária dos Quintais Cuiabanos, das 18h às 23h.

10 de maio – Domingo
19h — Abertura oficial
19h40 — Início das apresentações

Grupos participantes:
Vitória Régia, Patucha, Flor Serrana, Siriri Elétrico e Flor de Atalaia.

Arena de Apresentações:
Feira de Economia Criativa e Solidária dos Quintais Cuiabanos, das 18h às 23h.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Max Russi articula linhas de crédito do BNDES para MT

Para o deputado Max Russi, o apoio do BNDES é estratégico para que o estado deixe de ser apenas um exportador de matéria-prima.

Da Assessoria

Foto Gil Gomes

Presidente da AL recebe representantes do banco para viabilizar financiamentos focados em micro e pequenas empresas e no setor produtivo

O fortalecimento da economia de Mato Grosso e a ampliação da oferta de crédito foram os temas centrais de uma reunião entre o deputado Max Russi (Podemos), presidente da Assembleia Legislativa e representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O encontro, realizado na última terça-feira (28), buscou aproximar o banco das demandas reais do estado, com foco em armazenamento e na industrialização de produtos locais.

Para o deputado Max Russi, o apoio do BNDES é estratégico para que o estado deixe de ser apenas um exportador de matéria-prima.

"O debate sobre o desenvolvimento precisa estar acima de questões ideológicas. O BNDES é um patrimônio nacional e nossa parceria visa gerar emprego e renda para o mato-grossense, focando no que realmente precisamos, como a ampliação da capacidade de armazenamento", destacou.

Os representantes da instituição, José Carlos e Dannyel Lopes, da área de crédito para micro e pequenas empresas, detalharam as linhas disponíveis, como o Fundo Clima e o Fundo Floresta.

O objetivo é fortalecer a agência de fomento estadual, Desenvolve MT, para que o crédito chegue de forma mais ágil ao empreendedor local.

"Estamos rodando os estados da Amazônia para mostrar como o BNDES pode ser parceiro no desenvolvimento. Mato Grosso produz muito, mas ainda pouco se industrializa.

Viemos ouvir o presidente Max para entender onde a demanda por crédito é mais urgente, como no caso do armazenamento, que hoje é um gargalo para a nossa produção", explicaram os representantes do banco.

A proposta é que a Assembleia Legislativa atue como uma ponte para identificar as necessidades regionais e ajudar a remodelar linhas de crédito que atendam às especificidades de Mato Grosso.

O encontro contou também com a presença do vereador por Cuiabá, Alex Rodrigues (Podemos), reforçando a união de esforços para impulsionar a economia regional através de financiamentos sustentáveis e geração de valor aos produtos da floresta e do agronegócio.

DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL

Continuamos trabalhando para garantir mais recursos para MT, diz Pivetta, ao cobrar revisão nos royalties do petróleo

Da Redação

Governador afirma que Mato Grosso tem direito a uma fatia maior desses valores, pagos pela exploração do petróleo no país

O governador Otaviano Pivetta (Republicanos) se reuniu com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Cristiano Zanin, para tratar da redistribuição dos royalties do petróleo entre os estados brasileiros. O gestor destacou que Mato Grosso atua juridicamente para garantir uma participação maior na repartição dos recursos.

Mato Grosso faz parte de um grupo de 19 estados não produtores que cobram a aplicação da Lei nº 12.734/2012, aprovada pelo Congresso Nacional, mas suspensa desde 2013 por decisão liminar da ministra Cármen Lúcia. A norma ampliou a participação de estados e municípios não produtores na divisão dos royalties do petróleo. O julgamento no STF está marcado para o dia 6 de maio.

Pivetta afirma que Mato Grosso tem direito a uma fatia maior desses valores, pagos pela exploração do petróleo no país. Segundo ele, a atual forma de distribuição entre os estados é desigual.

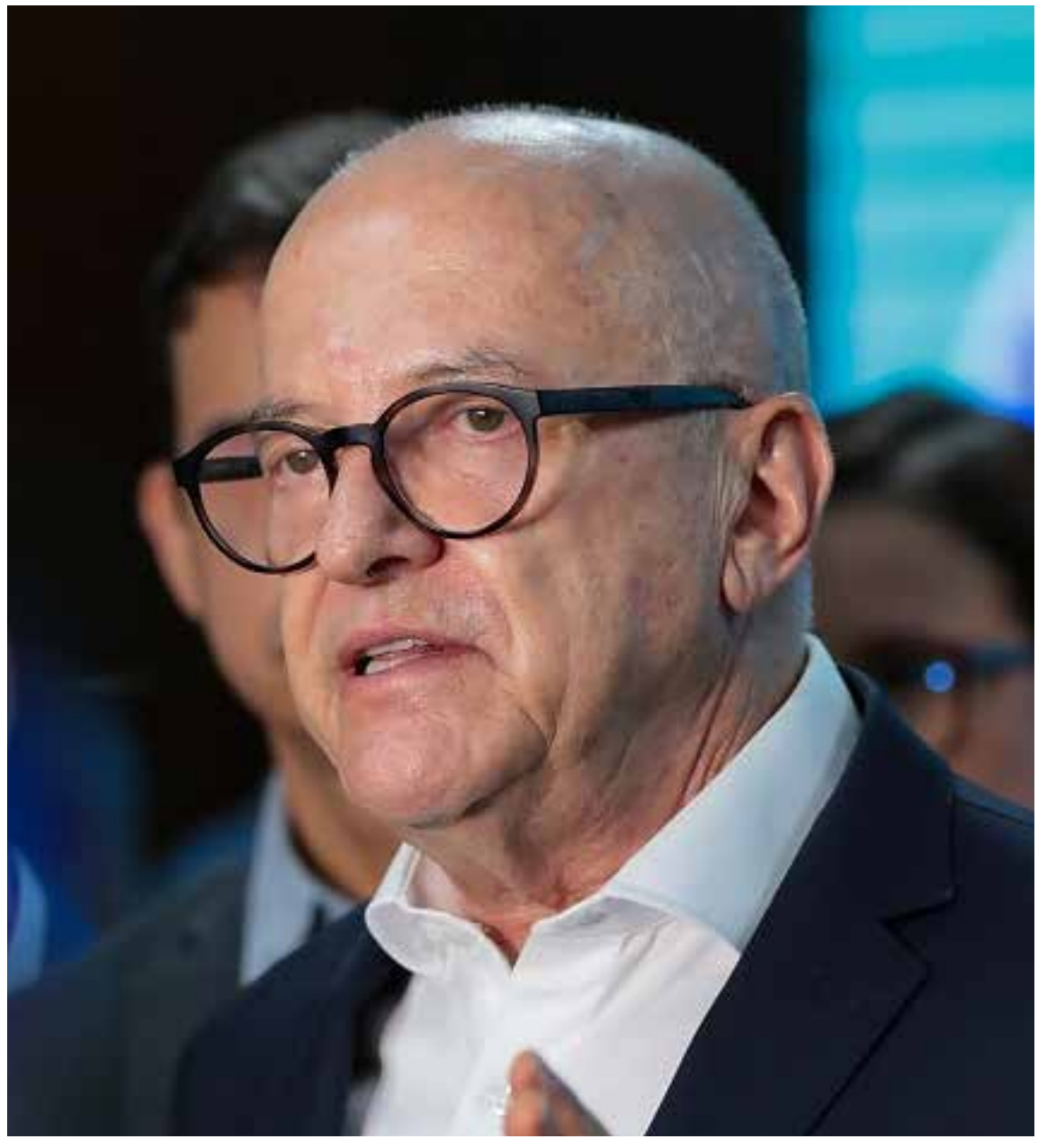
> “Viemos defender o que é de direito de Mato Grosso: os royalties do petróleo, que são valores pagos pela exploração do petróleo, uma riqueza que é de todo o país, e que hoje são distribuídos de forma desigual entre os estados”.

Os royalties são compensações financeiras pagas pela exploração de petróleo e gás natural. Atualmente, a maior parte dos valores fica concentrada nos estados produtores, especialmente Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

A proposta apresentada pelos estados não produtores e pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) busca uma solução consensual, com período de transição de sete anos para os estados produtores, aplicação das novas regras a partir de maio de 2026 e renúncia aos valores retroativos.

De acordo com Pivetta, a discussão envolve uma correção federativa na divisão de um patrimônio que pertence à União.

Mayke Toscano/Secom-MT



“Viemos defender o que é de direito de Mato Grosso: os royalties do petróleo, que são valores pagos pela exploração do petróleo”, afirma Pivetta

“Mato Grosso tem direito sobre o petróleo, que é patrimônio da União e que hoje é distribuído de forma desigual para os estados brasileiros. Somos 19 estados que, desde 2012, recebem apenas uma pequena parte do que temos direito”, afirmou o governador. O governo ainda afirmou que esta sendo discutido com o Ministério Público e a Casa Civil um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para tratar sobre a execução das emendas.

“A Casa Civil está cuidando disso. Parece que estão se celebrando um TAC para a gente pagar o que está compromissado e daqui para frente é um novo acordo”, afirmou.

PROGRAMA CONVIVER

UFMT entrega casa reconstruída no Centro Histórico de Cuiabá

Canteiro Modelo de Conservação de Cuiabá foi responsável pelo projeto de revitalização do imóvel

Da Assessoria

Foto Divulgação

A pesquisa indica que vestuário lidera a preferência, com 17,46% das intenções de compra, seguido por perfumes (16,93%) e calçados (13,33%)

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Canteiro Modelo de Conservação de Cuiabá (CMCC), entregou, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mais um imóvel recuperado no Centro Histórico da capital. A casa de Dona Isabel, destruída por um incêndio em 2018, foi quase totalmente reconstruída, com preservação dos elementos e sistemas construtivos antigos e tradicionais, característicos do local.

A intervenção integra o programa Conviver, iniciativa do Iphan que promove a gestão colaborativa do patrimônio cultural em cidades tombadas, por meio de Canteiros Modelos. Em Cuiabá, as ações do Canteiro Modelo têm se concentrado no Largo do Rosário, conjunto urbano formado em meados do século XVIII e marcado pela presença da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, tombada individualmente desde 1975.

De acordo com uma das coordenadoras do Canteiro Modelo de Conservação de Cuiabá, professora Luciana Mascaro, o trabalho contribui para evitar a perda de referências arquitetônicas e culturais. "O Canteiro Modelo tem conseguido evitar que elementos importantes dessa arquitetura e desse patrimônio desapareçam ou avancem para um estado maior de degradação", afirmou. Segundo ela, a iniciativa já realizou intervenções estruturais em dois imóveis e ações de manutenção em outros, o que ajuda a permanência dos moradores no território. "Isso é fundamental para que as pessoas não precisem abandonar esse lugar", completou.

A professora também destacou o alcance do programa Conviver. "Trata-se de uma iniciativa que deveria se consolidar como política nacional, porque funciona. É uma ação voltada às pessoas, aos moradores, e isso é essencial para a continuidade dessas experiências", avaliou.

O presidente do Iphan, Deyvesson Gusmão, ressaltou o caráter colaborativo do programa. "O Conviver se constrói a partir da articulação entre o Estado, o poder público e a universidade, que cumpre um papel central na formação dos estudantes, sempre em diálogo direto com a comunidade", explicou. Para ele, a participação dos moradores é um dos diferenciais. "A comunidade se envolve na obra, no processo e no vínculo afetivo com o patrimônio. E Cuiabá apresenta um dos casos mais bem-sucedidos dessa iniciativa", destacou.

"Eu acredito que essa casa, não somente para a minha família, mas para muitas pessoas de Cuiabá, ela é muito importante", diz dona Isabel, referindo-se não apenas ao fato de ser uma edificação histórica, mas pelo uso que lhe foi dado durante décadas. Era lá que sua tia-avó, Jovina Clara de Carvalho, organizava uma das festas de São João mais conhecidas de Cuiabá, com muita música, comida e bebida distribuída de graça durante um fim de semana, e foi lá também que os Carvalho ajudaram a criar vários filhos e filhas de outras famílias menos favorecidas. "Essa casa já fez muito por muita gente. Nossa casa sempre foi uma casa simples, mas acolhedora", diz Isabel. Representando a Prefeitura de Cuiabá, o professor José Afonso Botura Portocarrero enfatizou o potencial de replicação da experiência. "A prefeitura tem muito a aprender com a universidade e com o Iphan nesse processo, e a intenção é buscar formas de replicar essa iniciativa", afirmou. Ele também destacou o valor simbólico do espaço recuperado. "Esse é um exemplo de cidade feita para as pessoas, um lugar de convivência, que traduz a essência de Cuiabá como um espaço acolhedor e de pertencimento", disse. Representando a reitora da UFMT, professora Marluce Souza e Silva, o assessor especial da reitoria, professor Fernando Thadeu de Miranda Borges, recordou da história de contribuições da UFMT para o urbanismo de Cuiabá. "Lembro que foi responsabilidade da UFMT a criação do primeiro Plano Diretor de Cuiabá, sob coordenação do professor César Santos, nos anos de 1990, a partir de um estudo realizado por vários departamentos e cursos. Agora é hora de Cuiabá fazer uma grande intervenção e realmente mudar do jeito que a cidade precisa", afirmou.

Durante a cerimônia de entrega, a superintendente do Iphan em Mato Grosso, Ana Joaquina, destacou o alcance social do programa. "Mais do que a conclusão de uma obra, celebramos o impacto social do CONVIVER em Cuiabá", afirmou. Ela ressaltou a importância histórica do local e o papel dos moradores.

"O programa garante que essas populações sejam contempladas pelas políticas públicas de preservação, tornando-as mais inclusivas. E isso só é possível com a confiança e a participação ativa dos moradores, que são os verdadeiros guardiões dessa história", completou.

Desde 2023, o Iphan já repassou mais de R$ 6,2 milhões à UFMT para ações no Centro Histórico. A casa da família de Isabel, uma das mais emblemáticas da região, demandou intervenções mais intensas devido ao grau de degradação após o incêndio.

Além da recuperação física dos imóveis, o programa também se destaca pela dimensão formativa. As obras funcionam como espaços de Ensino e Extensão universitária, nos quais estudantes, professores e moradores compartilham conhecimentos.

No Largo do Rosário, foram realizadas mais de 15 oficinas de fabricação de tijolos de adobe, reunindo mais de 150 participantes, entre alunos da UFMT e do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), moradores e interessados.

Além disso, foram promovidas oficinas de conservação de telhas, instalações elétricas e produção de tinta à base de terra, além de um mutirão de pintura que devolveu à casa sua cor vermelha original.

Essas ações reforçam o caráter de "canteiro-modelo", em que a preservação do patrimônio é articulada à formação técnica e à valorização dos saberes tradicionais.

Também participou do evento o padre Padre Pedro Canísio Schoeder, da paróquia Nossa Senhora do Rosário.

NOVO PLANO DIRETOR

Sérgio Ricardo defende planejamento e vontade política para mudar Cuiabá

Proposta é apresentada com foco em reorganizar o crescimento da capital e enfrentar problemas como favelização

REDAÇÃO

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro Sérgio Ricardo, apontou que a transformação da realidade urbana de Cuiabá depende de decisão política, durante a apresentação da minuta do novo Plano Diretor do município. Na ocasião, ele chamou a atenção para problemas estruturais como saneamento precário, expansão desordenada e déficit habitacional.

O encontro, realizado pela prefeitura na Escola Superior de Contas, abriu uma série de audiências públicas sobre o futuro da cidade, que há 17 anos não atualiza suas diretrizes de desenvolvimento urbano. O material foi detalhado pelo prefeito Abílio Brunini e pelo secretário de Planejamento, José Afonso Portocarrero, e reuniu vereadores, estudantes de arquitetura e representantes de diferentes instituições.

Para Sérgio Ricardo, o desenvolvimento deve considerar o enfrentamento de desigualdades urbanas. “Cuiabá e Várzea Grande serão cada vez mais centros de abandono e de miséria. Nós temos 80 favelas em Cuiabá e Várzea Grande. Se não tivermos planejamento, essa situação só vai piorar. Não vai melhorar se não tivermos estratégia e vontade política, porque é só com vontade política que muda.”

Neste contexto, falou sobre o impacto da falta de ordenamento, que marca a expansão da Capital. “Temos uma cidade em que 60% dos bairros nasceram de invasão. Então, é natural que ela enfrente uma série de problemas. Mas agora precisamos discutir para onde crescer e como crescer, incluindo a questão da área rural, com o avanço dos loteamentos novos que estão saindo.”

REPRODUÇÃO

Sérgio Ricardo chamou a atenção para problemas estruturais como saneamento precário, expansão desordenada e déficit habitacional

Ao ampliar o debate para o estado, o conselheiro-presidente defendeu o uso mais rigoroso de recursos públicos como forma de enfrentar o déficit habitacional e reduzir a precariedade nas moradias. “O governo tem que investir 16% do Fethab em habitação. No ano passado, o Estado arrecadou R$ 4 bilhões e, em vez de investir 16%, investiu 2,8%. Aí não tem jeito.”

Segundo o prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini, o documento, batizado como “A cidade vive dos que vivem nela”, coloca o cidadão como protagonista. “O foco foi colocar a pessoa em primeiro lugar no planejamento urbano. Não o veículo, não a construção de concreto, mas sim a pessoa”, disse. “É um instrumento que aponta para onde nós queremos caminhar, o futuro da nossa cidade”, acrescentou.

PROPOSTAS PARA REORGANIZAR A CIDADE

O Centro Histórico ocupa posição de destaque na proposta, com medidas voltadas à requalificação da área e à atração de investimentos. “Pela primeira vez, o Centro Histórico está no coração do Plano Diretor. Antes não tinha nada tratando dessa região. Agora nós temos o rebaixamento dos fios e a padronização das calçadas”, ressaltou o prefeito.

Com relação às diretrizes ambientais e habitacionais, Abílio afirmou que o objetivo é conciliar avanço populacional com a preservação, garantindo qualidade de vida no lazer, no esporte e no deslocamento. “Para mim, um dos pontos mais importantes são as mudanças na área ambiental, como a gente vai lidar com o meio ambiente e a parte de crescimento da população e crescimento habitacional.”

Para o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, José Afonso Portocarrero, as diretrizes permitirão corrigir distorções. “Nós pagamos um preço alto pelo crescimento desordenado e pela pavimentação excessiva da cobertura da cidade. Continuaremos crescendo, mas é importante agora que a gente pense em crescer com qualidade e em requalificar esses espaços que construímos.”

ENERGIA MAIS CARA

Aneel aprova aumento médio de 6,82% na conta de luz em MT

A medida atinge mais de 1,7 milhão de unidades consumidoras, em 142 municípios mato-grossenses

Elloise Guedes

Divulgação/Internet

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, nesta quarta-feira (22), o reajuste médio de 6,82% na tarifa de energia elétrica em Mato Grosso. A medida atinge mais de 1,7 milhão de unidades consumidoras, em 142 municípios mato-grossenses.

O aumento varia conforme o tipo de consumidor. Para clientes de baixa tensão, como pequenos comércios, o reajuste será de 5,27%. Já para clientes de alta tensão, como indústrias, o aumento pode chegar a 10,42%.

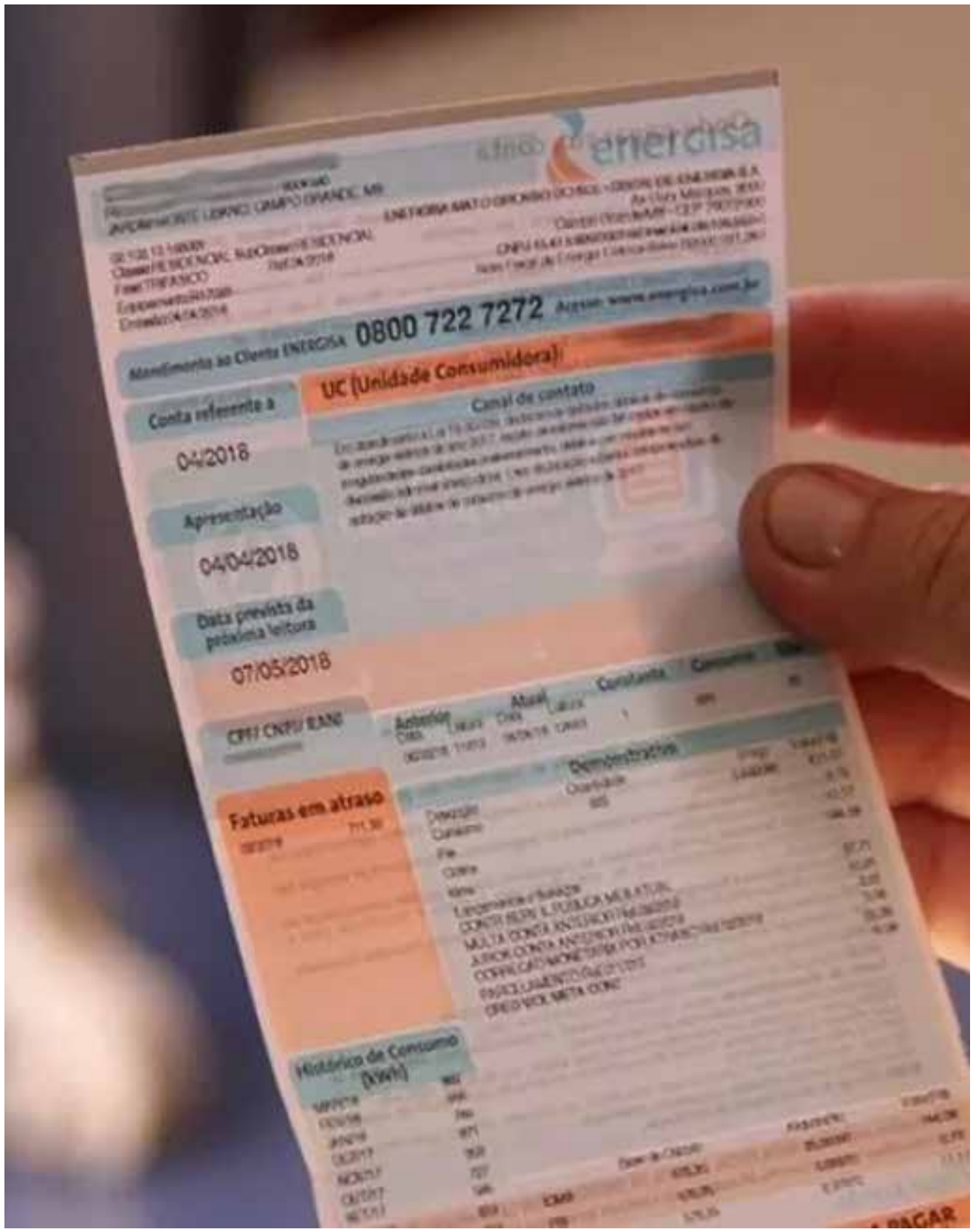
"Os índices aprovados foram reduzidos pela aplicação de diferimento tarifário, mecanismo que permite postergar para ciclos futuros custos reconhecidos no reajuste, reduzindo o impacto imediato para os consumidores, conforme estabelecido nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret)", informou a Aneel.

Segundo a Aneel, os novos valores refletem, principalmente, o aumento no custo da compra de energia, além de encargos do setor e despesas com transmissão.

O reajuste faz parte de um pacote de revisões anunciadas na chamada "super quarta" do setor elétrico, quando diferentes distribuidoras tiveram as tarifas atualizadas em várias regiões do país.
Outras sete distribuidoras de energia elétrica, que atuam em oito estados (São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Ceará), também terão reajuste tarifário entre5% e 15% no país.

Os principais motivos para a majoração nessas distribuidoras são a pressão inflacionária em encargos setoriais, além de despesas com compra e transmissão de energia.

Entre os fatores que mais impactaram o reajuste está a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo pago pelos próprios consumidores. Outro ponto citado é o fim de mecanismos que vinham segurando as tarifas nos últimos anos, o que levou ao repasse dos custos.



Segundo a Aneel, os novos valores refletem, principalmente, o aumento no custo da compra de energia, além de encargos do setor e despesas com transmissão

ALERTA

MT registra 29 casos e oito mortes por meningite neste ano; surto é descartado

Os dados mostram que a ocorrência de casos em 2026, de acordo com o acompanhamento da Vigilância, não caracteriza surto

REDAÇÃO

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT) acompanha e monitora a situação epidemiológica dos casos de meningite no Estado, por meio da Vigilância Epidemiológica, em articulação com os municípios, Escritórios Regionais de Saúde e serviços de saúde.

Conforme dados atualizados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), foram confirmados 29 casos de meningite e 8 óbitos pela doença em Mato Grosso. Em relação aos óbitos, o número anteriormente informado era de 6 óbitos, mas passou para 8 após atualização do sistema oficial de notificação, que incorporou os óbitos registrados no município de Sinop.

Para fins de comparação, foram registrados 22 casos em 2024 e 25 casos em 2025, considerando o mesmo recorte até abril de cada ano. Em anos anteriores, foram registrados 25 óbitos em 2024 e 18 óbitos em 2025, considerando os anos completos. Os dados mostram que a ocorrência de casos em 2026, de acordo com o acompanhamento da Vigilância, não caracteriza surto.

"Até o momento, não há indicação de surto ou transmissão comunitária de meningite em Mato Grosso. No município de Sinop, a situação segue em acompanhamento, sem registro de novos casos além das notificações iniciais informadas pela vigilância", declarou o secretário de Estado de Saúde, Juliano Melo.

A meningite pode ser causada por diferentes agentes, como vírus, bactérias, fungos e outros microrganismos. Por isso, nem todo caso de meningite é meningocócico e nem toda situação exige as mesmas medidas de controle. As ações de vigilância dependem da investigação epidemiológica, da classificação do caso, da identificação do agente causador, da avaliação dos contatos próximos e da existência ou não de vínculo entre os casos.

Foto Divulgação

Neste momento, a orientação é para reforçar a vacinação de rotina prevista no Calendário Nacional de Vacinação

ORIENTAÇÃO

Neste momento, a orientação da SES é para reforçar a vacinação de rotina prevista no Calendário Nacional de Vacinação, especialmente para crianças e adolescentes, com busca ativa de pessoas com esquema vacinal incompleto.

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferta gratuitamente a vacina contra a meningite C, aplicada em bebês entre 3 e 5 meses de vida, e a vacina contra as meningites A, C, W, Y, aplicada como reforço preferencialmente aos 12 meses, podendo ser administrada até os 4 anos, 11 meses e 29 dias. A ACWY também pode ser aplicada como dose única ou complementar em adolescentes entre 11 e 14 anos. A cobertura vacinal contra a meningite C em menores de 1 ano é de 98,72% em Mato Grosso.

Os imunizantes previstos pelo Programa Nacional de Imunizações estão disponíveis nas Unidades Básicas de Saúde, conforme os públicos e faixas etárias definidos pelo Ministério da Saúde.

"A população deve manter a caderneta de vacinação atualizada e procurar atendimento de saúde imediatamente diante de sinais como febre alta, dor de cabeça intensa, rigidez na nuca, vômitos, sonolência, confusão mental, convulsões, manchas vermelhas ou arroxeadas na pele ou piora rápida do estado geral. Em lactentes e crianças pequenas, também devem ser observados irritabilidade intensa, choro persistente, recusa alimentar, vômitos, sonolência ou letargia e abaulamento da fontanela", alertou a secretária adjunta de Vigilância e Atenção à Saúde da SES, Alessandra Moraes.

A SES ainda orienta que a população evite automedicação e não utilize antibióticos ou medicamentos preventivos sem orientação profissional.

A quimioprofilaxia, quando indicada, é direcionada aos contatos próximos definidos pela vigilância epidemiológica, conforme critérios técnicos.

A Secretaria continuará acompanhando a situação, monitorando os dados oficiais e prestando apoio técnico aos municípios para notificação, investigação, coleta de amostras, avaliação de contatos, medidas de prevenção e comunicação de risco.

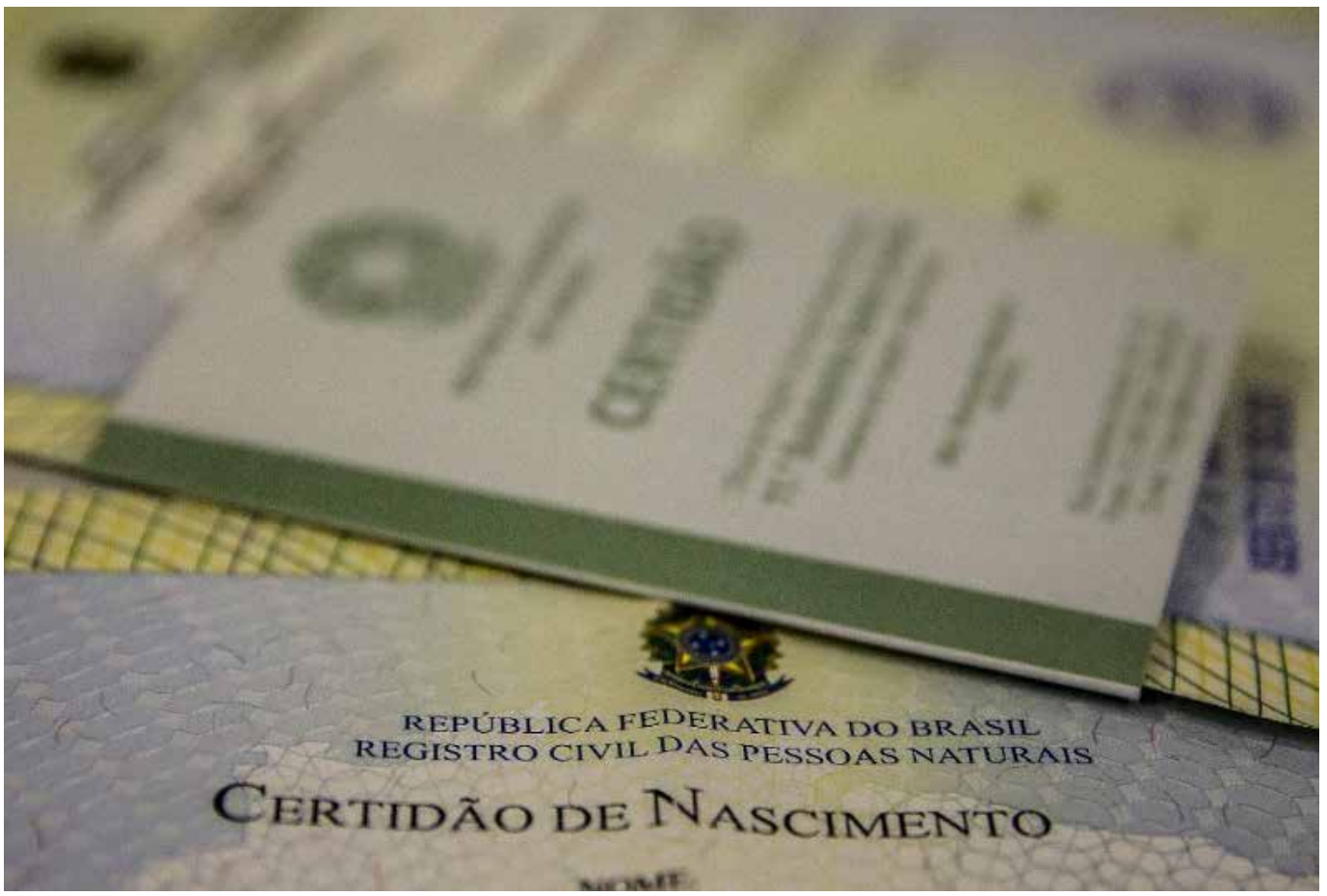
DIREITO GARANTIDO

Lei facilita a mudança de nome e permite alteração direto no cartório

Saiba como é possível fazer a mudança que pode ocorrer tanto na via judicial como extrajudicial

ASSESSORIA

Foto Divulgação



Qualquer pessoa pode solicitar a alteração de prenome ou sobrenome, desde que preenchidos os requisitos legais

É comum conhecer uma pessoa que não gosta do próprio nome e que tem muita vontade de fazer a mudança oficial em cartório. Mas isso é possível? De acordo com a defensora pública Cleide Regina Nascimento, a resposta é sim, porém, algumas regras devem ser seguidas, tal como manda a lei nº 14.382/22, que facilitou e desburocratizou as regras para as mudanças de prenome e sobrenome.

Todas as designações que não digam respeito aos nomes de família são chamadas de prenomes, como por exemplo: Ana, Maria, João, Pedro, etc. Já as denominações que são marcas de família, são chamadas de sobrenomes, como Silva, Gomes, Carvalho, Pereira, dentre outras.

"Qualquer pessoa pode solicitar a alteração de prenome ou sobrenome, desde que preenchidos os requisitos legais previstos na lei 14.382/22, que em linhas gerais diz que: maiores de 18 anos podem pedir a alteração diretamente no cartório, sem necessidade de justificativa; menores de idade podem alterar o prenome ou sobrenome, mas com representação dos responsáveis legais e, em regra, mediante autorização judicial. A mudança também é possível em situações específicas, como os nomes que causem constrangimento; inclusão ou exclusão de sobrenome familiar; alteração por casamento, divórcio ou união estável; pessoas trans, na adequação de nome e gênero; e inclusão de um apelido muito famoso pelo público", afirma a defensora.

O procedimento de alteração do prenome ou do sobrenome pode ocorrer de duas formas: pela via extrajudicial, quando é feita diretamente no cartório de registro civil, ou pela via judicial, quando há necessidade de comprovação da necessidade da mudança ou quando há uma negativa pelo cartório em realizar a mudança requerida.

O primeiro passo é descobrir em qual cartório foi feito o registro de nascimento ou de casamento da pessoa, pois é nele que, preferencialmente, é realizado a mudança do nome. O segundo passo é reunir todas as certidões e documentos pessoais que tenham relação com a mudança desejada.

Depois disso, basta ir pessoalmente ao cartório de registro civil para pedir a mudança. A pessoa então realiza o pagamento das taxas necessárias e aguarda o registro ficar pronto. Com o novo registro em mãos, ela deve buscar os demais órgãos oficiais para realizar a troca do nome, mesmo que a lei 14.382/22 determine que o cartório deve comunicar oficialmente os demais órgãos.

Lembrando que o prenome pode ser alterado apenas uma vez na vida, depois dos 18 anos e sem justificativa. Ele pode ser alterado para corrigir erro de escrita, retirar ou acrescentar um nome composto ou acrescentar um apelido famoso. Em regra, são necessários os seguintes documentos: RG e CPF; certidão de nascimento ou casamento atualizada; comprovante de residência; certidões negativas cíveis, criminais e de protestos; justificativa escrita (quando exigida); documentos específicos, dependendo do motivo da alteração. No caso judicial, pode ser necessário complementar com outros documentos e provas. Caso a pessoa tenha dúvida quanto aos requisitos e documentos necessários para fazer a mudança, basta procurar a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso que está de portas abertas para ajudar todos que necessitam.

"Aqui na Defensoria nós fazemos a orientação jurídica sobre a melhor via, se em cartório ou judicial; analisamos o caso concreto e verificamos a viabilidade do pedido de mudança; atuamos judicialmente, ingressando com ação quando necessário; ajudamos a garantir acesso gratuito à justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade; e auxiliamos na organização da documentação. Além disso, a Defensoria é essencial para evitar erros no pedido, que podem gerar indeferimento, atrasos ou arrependimentos futuros", afirma Cleide Regina.

PÁGINA LAZER

Roupa apertada dá celulite?
4 mitos e verdades sobre os furinhos

A lipodistrofia ginóide, mais conhecida como celulite, costuma incomodar algumas pessoas, principalmente as mulheres. Isso porque ela é caracterizada por uma aparência de "casca de laranja" na pele - os famosos furinhos, que podem surgir em várias partes do corpo, incluindo bumbum, coxas e abdômen. E, quando falamos sobre eliminar ou amenizar essa alteração, algumas dúvidas acabam sendo bastante comuns, entre elas: cremes realmente podem ajudar? usar roupa apertada dá celulite? A Dra. Viviane Scarpa, médica dermatologista pela Sociedade Brasileira de Dermatologia, esclarece os principais pontos. Confira:

ROUPA APERTADA DÁ CELULITE
Mito
A roupa apertada não é a causa direta da celulite, porém, se usada frequentemente, ela pode sim colaborar para a piora do quadro, pois provoca uma compressão que prejudica a circulação e, com isso, acaba gerando uma retenção de líquido no local, aumentando as chances da formação de edemas e inflamações.

ÁGUA COM GÁS CAUSA CELULITE
Mito
O gás por si só não tem o poder de agravar o aspecto da pele. Segundo a dermatologista, o que pode contribuir para o aparecimento de celulites ou para a piora das já existentes são os alimentos ricos em açúcar e sódio, como refrigerantes.

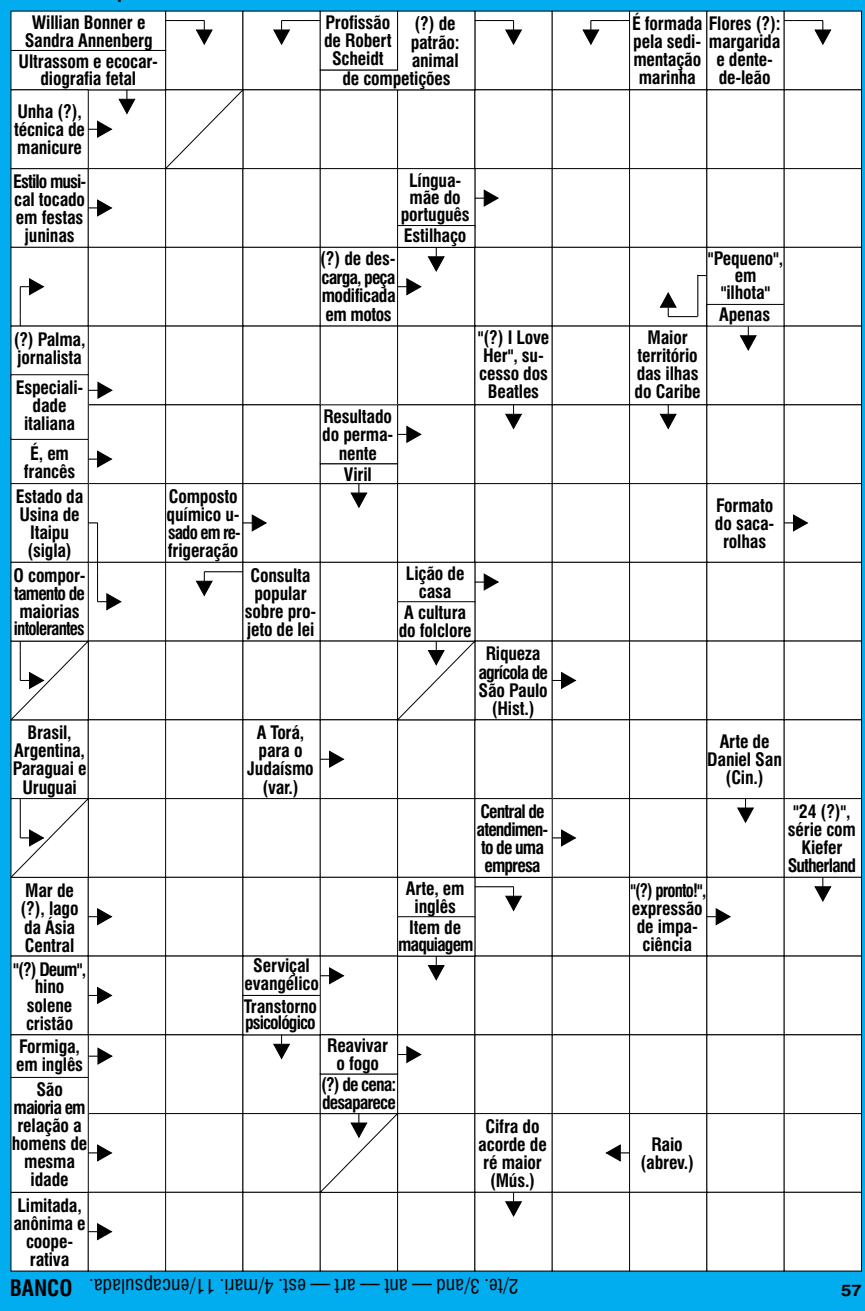
CONSUMO DE ÁLCOOL CAUSA CELULITE
Verdade

Por ser uma bebida calórica, o álcool pode levar ao acúmulo de gordura localizada e, como consequência, o aspecto da celulite pode ser acentuado. Portanto, se você deseja melhorar essa alteração, o ideal é evitá-lo.

SOMENTE PESSOAS ACIMA DO PESO TÊM CELULITE
Mito
Ainda que a celulite seja mais comum em pessoas acima do peso, pessoas magras podem ter celulite. Isso se deve à predisposição genética e multifatorial presente nas causas da condição.o visíveis apenas quando a pele é comprimida;

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL



BANCO 2/te. 3/and — ant — art — est. 4/mari. 11/encapsulada. **57**

TOURO- 21 de abril a 20 de maio

O dia é agitado e você pode passar por alguns imprevistos. As renovações que a sua jornada vem passando são profundas, e pede da sua parte disponibilidade para viver novas experiências. Foque em atividades e relações que te fazem bem e assuma as rédeas da sua vida. Renove a sua maneira de pensar.

ALIMENTANDO A ALMA

O homem sai nu do ventre de sua mãe, e como vem, assim vai. De todo o trabalho em que se esforçou nada levará consigo.
Eclesiastes 5:15

Pastel de chocolate

INGREDIENTES Pastel de chocolate 200 gramas de chocolate meio amargo picado 6 pedaços de massa para pastel Óleo para fritar

MODO DE PREPARO Pastel de chocolate 1 - Em banho-maria, derreta 200 gramas de chocolate de meio amargo picado. 2 - Depois de frio, coloque um pouco de chocolate em cada pedaço de massa de pastel. 3 - Com o dedo, umedeça as bordas da massa de pastel com água para que ela grude ao ser fechada. 4 - Dobre a massa, formando o pastel, e pressione as bordas com um garfo para fechar melhor. 5 - Frite os pasteis em óleo quente. 6 - Depois de fritos, coloque-os em um prato com papel absorvente.

Sobe

Tramita na Assembleia Legislativa de Mato Grosso o Projeto de Lei nº 530/2026, de autoria do deputado Eduardo Botelho (MDB), que propõe a criação da Feira Literária Itinerante (FLIMT).

A iniciativa prevê um evento anual, com caráter cultural, educacional e turístico, realizado em diferentes municípios, com o objetivo de ampliar o acesso ao livro, à leitura e à cultura, especialmente em regiões mais afastadas.

Max Russi cobra aumento de recursos federais para saúde municipal

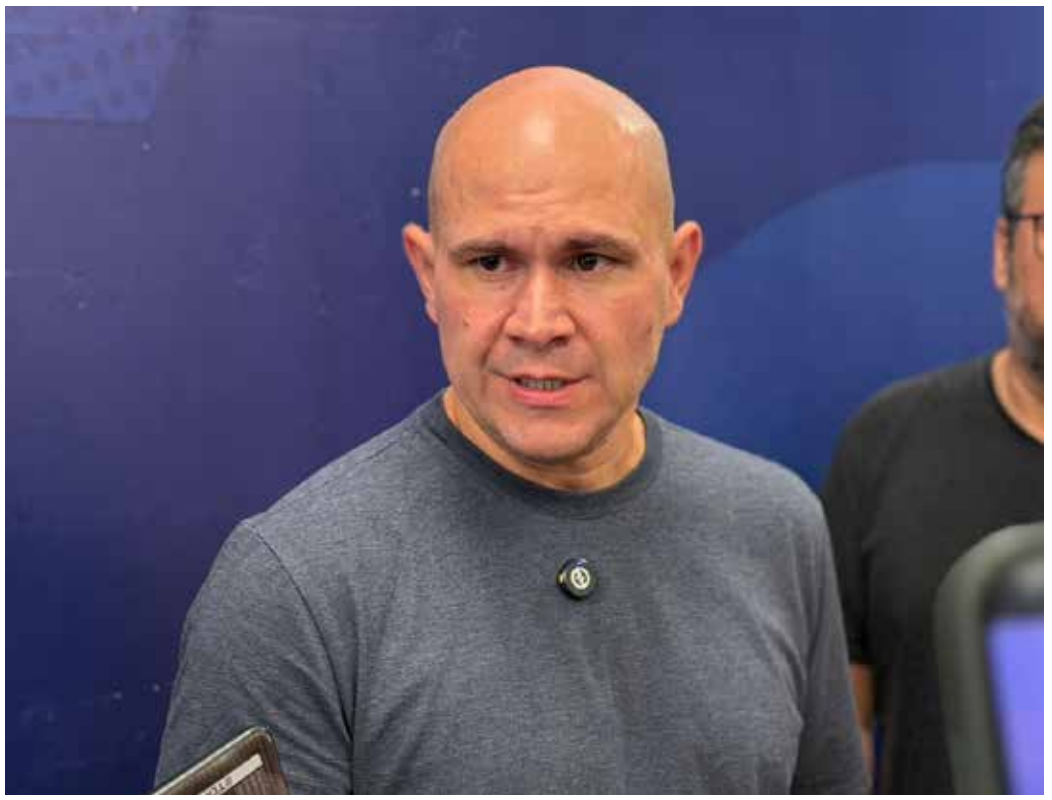
O deputado estadual Max Russi, presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, criticou o Governo Federal pela insuficiência de recursos destinados à saúde municipal. Durante reunião da Comissão de Saúde, ele entregou a reivindicação ao representante do Ministério da Saúde, Fernando Figueira, destacando que as prefeituras enfrentam dificuldades financeiras para manter serviços básicos.

Foto Divulgação

sherlock holmes

tonycgr@hotmail.com

Foto Divulgação



Prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL)

Prefeito Abilio Brunini exonera e renomeia Japonês da Federal

O prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), publicou dois atos oficiais que tratam da exoneração e da nova nomeação do policial federal aposentado Newton Hidenori Ishii, o "Japonês da Federal", para o cargo de secretário adjunto de Governo.

Um dos atos determina a exoneração imediata, enquanto o outro formaliza a recondução ao mesmo cargo em momento posterior. Ishii integra a gestão municipal desde que foi anunciado pelo prefeito para contribuir com a implantação de práticas de compliance e transparência na administração pública.

Desce

O funcionamento do Samu voltou ao centro das críticas em Mato Grosso, escancarando falhas persistentes na gestão da saúde pública. Em vez de soluções concretas, o que se vê é a repetição de reuniões e discursos enquanto a população segue enfrentando um serviço instável, especialmente em Cuiabá e Várzea Grande, onde o déficit de cobertura já se tornou crônico. A situação evidencia a incapacidade dos responsáveis em garantir um atendimento básico eficiente, deixando claro que o problema vai além da falta de recursos — é, sobretudo, de gestão e prioridade.